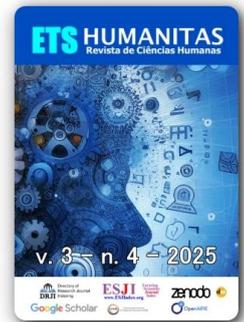


Artigo:

As intersecções, limites e confrontos entre “Espiritualidade sem Religião” e “Religião sem Espiritualidade”: primeira leitura entre Kant e Maslow

The intersections, limits and confrontations between “Spirituality without Religion” and “Religion without Spirituality”: a first reading between Kant and Maslow

Las intersecciones, límites y confrontaciones entre “espiritualidad sin religión” y “religión sin espiritualidad”: una primera lectura entre Kant y Maslow



ABBEG, V. A. J. O.

Valter Andre Jonathan Osvaldo Abbeg

Doutorando em Ciências da Educação (USC-Py),
valter.abbeg@usc.edu.py

Resumo

O presente artigo investiga criticamente a dissociação contemporânea entre espiritualidade e religião, tomando como eixo comparativo os pensamentos de Immanuel Kant e Abraham Maslow. A partir da tensão entre as noções de “espiritualidade sem religião” e “religião sem espiritualidade”, analisa-se como tais categorias se constituem como expressões da experiência humana em contextos marcados pela pluralidade de crenças, a secularização e a reconfiguração subjetiva do sagrado. Kant fundamenta a espiritualidade na razão prática e na autonomia moral, defendendo que a religião só é legítima quando se submete à ética racional e contribui para a dignidade humana. Já Maslow compreende a espiritualidade como dimensão da autorrealização, expressa por meio de experiências subjetivas de integração, sentido e transcendência, mesmo fora dos marcos religiosos tradicionais. A análise demonstra que espiritualidade e religião não são categorias excludentes, mas dimensões complementares que, embora distintas, podem se fecundar mutuamente quando articuladas por valores éticos e pela busca genuína de sentido. O estudo também problematiza fenômenos como a teologia da prosperidade e os movimentos de espiritualidade não-diretiva, apontando os riscos da instrumentalização da fé e da dissolução do compromisso moral. Por fim, sugere-se a ampliação dos referenciais teóricos para além do Ocidente e a realização de pesquisas empíricas sobre vivências espirituais cotidianas. Conclui-se que a espiritualidade ética e reflexiva permanece como via legítima de construção de sentido, sobretudo quando aliada à responsabilidade moral e ao reconhecimento da alteridade.

Palavras-chave: espiritualidade contemporânea; ética racional; autorrealização.

Ets Humanitas

Revista de Ciências Humanas

Educare et Sabere

e-ISSN: 2965-4378

Periodicidade: Fluxo Contínuo

v.3, n.4, 2025

URL: <https://esabere.com/index.php/ehumanitas>



Esta obra está sob Licença Internacional Creative Commons 4.0.
Copyright (c) do(s) Autor(es)

ABBEG, V. A. J. O. As intersecções, limites e confrontos entre “Espiritualidade sem Religião” e “Religião sem Espiritualidade”: primeira leitura entre Kant e Maslow *Ets Humanitas* - Revista de Ciências Humanas, Curitiba, v.3, n.3 p.1-31, 2025. e-ISSN 2965-4378

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15226023>

Abstract

This article critically examines the contemporary dissociation between spirituality and religion, using the philosophies of Immanuel Kant and Abraham Maslow as comparative axes. Drawing from the tension between “spirituality without religion” and “religion without spirituality,” the paper explores how these categories function as expressions of human experience amid belief pluralism, secularization, and the subjective reconfiguration of the sacred. Kant grounds spirituality in practical reason and moral autonomy, asserting that religion is legitimate only when it aligns with ethical rationality and upholds human dignity. Maslow, conversely, understands spirituality as a dimension of self-actualization, manifested through subjective experiences of meaning, unity, and transcendence—independent of institutional religion. The analysis demonstrates that spirituality and religion, though distinct, are not mutually exclusive but can complement each other when mediated by ethical values and a sincere search for meaning. The paper also addresses the risks of faith commodification in prosperity theology and the ethical challenges of non-directive spiritual movements. It concludes by proposing the inclusion of non-Western frameworks and empirical studies on everyday spiritual practices. Ultimately, ethical and reflective spirituality is presented as a legitimate path to meaning-making, particularly when rooted in moral responsibility and the recognition of otherness.

Keywords: contemporary spirituality; rational ethics; self-actualization.

Resumen

Este artículo examina críticamente la disociación contemporánea entre espiritualidad y religión, tomando como ejes comparativos los pensamientos de Immanuel Kant y Abraham Maslow. A partir de la tensión entre “espiritualidad sin religión” y “religión sin espiritualidad”, se analiza cómo estas categorías expresan la experiencia humana en contextos marcados por la pluralidad de creencias, la secularización y la resignificación subjetiva de lo sagrado. Kant fundamenta la espiritualidad en la razón práctica y en la autonomía moral, afirmando que la religión solo es válida cuando se somete a la ética racional. Maslow, por su parte, comprende la espiritualidad como una dimensión de la autorrealización, manifestada en experiencias subjetivas de sentido, integración y trascendencia más allá de las estructuras religiosas. El análisis demuestra que espiritualidad y religión, aunque distintas, pueden articularse de manera complementaria cuando están mediadas por valores éticos. También se cuestionan fenómenos como la teología de la prosperidad y los movimientos de espiritualidad no directiva, señalando riesgos de instrumentalización de la fe y relativismo ético. Finalmente, se propone ampliar los marcos teóricos hacia tradiciones no occidentales e incluir estudios empíricos sobre experiencias espirituales cotidianas. Se concluye que la espiritualidad ética y reflexiva sigue siendo una vía legítima de construcción de sentido, cuando se articula con la responsabilidad moral y el reconocimiento del otro.

Palabras clave: espiritualidad contemporánea; ética racional; autorrealización.

INTRODUÇÃO

A relação entre espiritualidade e religião constitui um campo de investigação teórica e empírica relevante no pensamento ocidental moderno e contemporâneo. A crescente presença de discursos sobre “espiritualidade sem religião” – isto é, práticas e crenças de natureza transcendente desvinculadas de instituições religiosas – tem sido frequentemente contraposta a vivências de “religião sem espiritualidade”, marcadas por formalismos rituais e ausência de experiências subjetivas profundas. No entanto, tratar tais categorias como opostas ou mutuamente excludentes ignora a complexidade das experiências humanas diante da transcendência, da moralidade e do sentido da vida.

Neste contexto, a filosofia moral de Kant (1724–1804) e a psicologia humanista de Abraham Maslow (1908–1970) fornecem bases teóricas robustas para explorar as possíveis intersecções e tensões entre espiritualidade e religião. Kant, em sua obra *Religião nos Limites da Simples Razão* ([1793] 2001), argumenta que a verdadeira religião deve se basear em princípios éticos racionalmente fundamentados, e não em dogmas externos. Para ele, a “religião moral” é aquela que emerge da razão prática e que se orienta pelo imperativo categórico, segundo o qual devemos agir apenas segundo máximas que possam ser universalizadas (Kant, 1785/2011). Isso implica que a vivência espiritual, embora possa se expressar por meio da religião, não depende de sua estrutura institucional para alcançar validade moral.

Por outro lado, Maslow, ao propor sua teoria da hierarquia das necessidades humanas, culminando na autorrealização e nas “experiências de pico” (*peak experiences*), identificou dimensões da espiritualidade como inerentes ao processo de desenvolvimento humano pleno (Maslow, 1968). Para ele, a espiritualidade não exige mediação teológica ou clerical; trata-se, antes,

de uma manifestação da natureza humana voltada à transcendência, à criatividade e ao sentido existencial. Diferentemente das interpretações que restringem a espiritualidade à religião tradicional, Maslow concebeu uma espécie de humanismo espiritualizado, em que “as experiências religiosas e místicas são aspectos normais e saudáveis do funcionamento humano” (Maslow, 1964/2000, p. 21).

A presente análise propõe-se a revisar criticamente as leituras reducionistas desses dois conceitos, desafiando tanto a dicotomia entre espiritualidade e religião quanto a compreensão destas como estruturas isoladas. Ao articular os conceitos kantianos de razão prática e moralidade com a psicologia humanista de Maslow, busca-se demonstrar que a espiritualidade e a religião, embora distintas, podem ser concebidas como esferas que se reforçam mutuamente, desde que fundadas em uma ética racional ou em um impulso genuíno de autorrealização. A crítica se volta, portanto, não à religião institucional per se, mas à sua possível desvitalização quando dissociada de valores morais universais; e não à espiritualidade pessoal, mas à sua possível dissolução em relativismos subjetivistas quando desligada da responsabilidade ética e comunitária.

A CONEXÃO ENTRE ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO

A relação entre espiritualidade e religião tem sido objeto de reflexão filosófica e teológica desde a Antiguidade, mas adquiriu novos contornos no pensamento moderno e contemporâneo. Embora frequentemente utilizadas como sinônimos no discurso popular, espiritualidade e religião operam em domínios conceituais distintos. A espiritualidade refere-se à dimensão subjetiva, experiencial e existencial da busca humana por sentido, transcendência e conexão com algo maior que o eu, algo que pode ser o outro, a comunidade, ou mesmo as inúmeras relações contextuais e históricas. Já a

religião, enquanto sistema organizado de crenças, práticas e normas sociais, estrutura essas experiências espirituais dentro de marcos institucionais, rituais e doutrinários (Eliade, 1959/2005).

A tensão entre ambas se intensifica quando se observa a crescente dissociação entre experiências espirituais autônomas e pertencimento institucional. O fenômeno identificado por Maslow como "experiências de pico" evidencia que muitos indivíduos vivenciam profundos estados de integração e transcendência sem necessariamente recorrer a estruturas religiosas tradicionais (Maslow, 1964). Para ele, essas experiências são parte de um continuum do desenvolvimento humano e não dependem de validação institucional para serem autênticas. Assim, Maslow (1968) argumenta que "as experiências religiosas não são exclusivas dos religiosos" (p. 26), mas podem ser vividas por qualquer pessoa que atinja níveis elevados de autorrealização.

Por sua vez, Kant reconhece na religião uma função legítima desde que fundada sobre a moralidade racional. Em *Religião nos Limites da Simples Razão*, o filósofo argumenta que "a religião é o reconhecimento de todos os nossos deveres como mandamentos divinos" (Kant, 1793/2001, p. 140), ou seja, ela é admissível na medida em que reforça a ética e não quando submete o indivíduo a preceitos exteriores e dogmáticos. Kant rejeita tanto o misticismo sem razão quanto a religiosidade formal desvinculada de princípios morais, apontando para uma síntese possível entre espiritualidade e religião — quando ambas se submetem à razão prática.

Nesse sentido, espiritualidade e religião não precisam ser concebidas como esferas excludentes. Pelo contrário, elas podem se reforçar mutuamente: a espiritualidade fornece vitalidade subjetiva e autenticidade à experiência religiosa; a religião, por sua vez, pode oferecer à espiritualidade um referencial ético, simbólico e comunitário. A crítica kantiana às superstições e à heteronomia moral não visa abolir a religião, mas, de certa forma, purificá-la

de seus elementos irracionais e autoritários. Do mesmo modo, a proposta maslowiana de uma espiritualidade humanista amplia a noção de religiosidade, incluindo nela a experiência de crescimento pessoal, criatividade, amor e integração (Maslow, 1968). Assim, a conexão entre espiritualidade e religião deve ser analisada em sua complexidade, sem reducionismos, reconhecendo sua interação dialética na construção do sentido humano.

A concepção de uma espiritualidade desvinculada de instituições religiosas — frequentemente chamada de “espiritualidade laica” ou “espiritualidade sem religião” — tem raízes em tradições filosóficas e movimentos históricos que criticaram o dogmatismo e a institucionalização excessiva da fé. Um marco relevante nessa trajetória foi a filosofia crítica de Kant, que ao longo do século XVIII reagiu à teologia dogmática ao propor uma espiritualidade moral fundada na autonomia da razão. Para Kant, a verdadeira religiosidade não está na submissão a autoridades eclesiásticas, mas na obediência à lei moral interna, que emana da razão prática. Ele escreve: “Não é a religião que fundamenta a moral, mas a moral é que leva inevitavelmente à religião” (Kant, 1793/2001, p. 140).

Essa posição representa um divisor de águas: Kant não nega a importância da ideia de Deus, mas recusa qualquer tentativa de justificar crenças religiosas a partir de provas teóricas ou experiências místicas. Em vez disso, ele defende que a ideia de Deus é um postulado da razão prática, necessária para pensar o “bem supremo”, ou seja, a síntese entre virtude e felicidade (Kant, 1788/2012). Com isso, a espiritualidade kantiana assume contornos ético-rationais, propondo que a dimensão do sagrado é acessível por meio do dever moral, e não de instituições ou rituais exteriores.

Já no século XX, Maslow, em diálogo com a psicologia humanista e existencial, propôs uma visão de espiritualidade como expressão do potencial

humano. Sua noção de auto-realização, situada no topo da hierarquia das necessidades, representa o momento em que o indivíduo transcende a si mesmo, desenvolvendo compaixão, criatividade, aceitação e conexão com o todo.

Em *Toward a Psychology of Being*, Maslow (1968) afirma que "as experiências de pico se assemelham às experiências religiosas, ainda que não envolvam necessariamente religião institucional" (p. 105). Com isso, ele legitima uma espiritualidade natural, não institucionalizada, que se manifesta nas artes, na contemplação da natureza, na ciência ou nas relações humanas profundas.

Desta forma, tanto Kant quanto Maslow rejeitam uma dependência estrita da religião institucional como única via de acesso à experiência espiritual. Ambos partem de perspectivas distintas — Kant com sua razão prática, Maslow com sua psicologia motivacional —, mas convergem na valorização da autonomia e da dignidade humanas. A espiritualidade, nessa ótica, é um movimento interior de elevação ética ou de crescimento pessoal, que pode existir independentemente de credos ou dogmas. Ela não nega a religião, mas também não se submete a seus limites institucionais.

No outro sentido, a noção de uma "religião sem espiritualidade" refere-se à prática religiosa esvaziada de sua dimensão interior, experiencial e existencial. Trata-se de uma adesão formal a rituais, doutrinas e normas, sem que o indivíduo desenvolva um senso de conexão pessoal com o transcendente, com o sagrado ou mesmo com sua própria interioridade ética. Essa dissociação é criticada por diversas tradições filosóficas e teológicas, especialmente quando a religião é reduzida a uma convenção social, muitas vezes instrumentalizada para fins de controle, identidade grupal ou cumprimento de expectativas normativas.

Do ponto de vista filosófico, Kant adverte contra os perigos de uma religiosidade mecânica e exterior, desprovida de convicção moral genuína. Em sua crítica à religião baseada na superstição e na autoridade cega, Kant sustenta que "uma religião que não estiver de acordo com a moral é superstição, e uma moral sem religião é uma abstração sem apoio" (Kant, 1793/2001, p. 186). Para ele, a religiosidade autêntica deve ser consequência da moralidade racional, e não uma substituta para ela. A prática ritual sem conteúdo ético é, portanto, insuficiente para constituir uma vida religiosa plena. A verdadeira religião, segundo Kant, exige o "cultivo do bem dentro de nós", e não a simples conformidade com preceitos externos.

A teologia crítica também tem problematizado a redução da religião a uma série de normas descontextualizadas. A tradição profética do cristianismo, por exemplo, reitera a importância da justiça, da compaixão e da sinceridade interior como marcas de uma espiritualidade autêntica (Is 58; Mt 23). Em contextos contemporâneos, essa crítica se amplia diante do crescimento de práticas religiosas centradas em performances e consumos simbólicos, que pouco dialogam com as demandas éticas do mundo real.

Neste cenário, a religião sem espiritualidade revela sua fragilidade: por um lado, oferece pertencimento social e estabilidade simbólica, mas, por outro, corre o risco de alienar os sujeitos de sua dimensão reflexiva, afetiva e ética. Kant, ao propor uma religião que seja expressão da razão moral, rechaça a instrumentalização da fé e defende uma religiosidade voltada à transformação interior.

A espiritualidade, embora não deva se confundir com sentimentalismo ou misticismo subjetivo, é condição para que a religião não se esvazie de sentido. Em suma, a crítica filosófica e teológica aponta que, sem espiritualidade, a religião corre o risco de se converter em uma estrutura sem alma, funcional, porém desprovida de autenticidade moral.

AS CRÍTICAS À ESPIRITUALIDADE SEM RELIGIÃO E À RELIGIÃO SEM ESPIRITUALIDADE

A polarização entre espiritualidade sem religião e religião sem espiritualidade tem gerado não apenas distinções teóricas, mas também críticas substanciais de ambos os lados do espectro. As análises mais criteriosas, contudo, não se limitam a defender uma das posições em detrimento da outra, mas buscam compreender as fragilidades inerentes a cada uma quando desconectadas de suas dimensões complementares.

A crítica à “espiritualidade sem religião” concentra-se, frequentemente, no risco do subjetivismo ético e da atomização moral. Sem um referencial ético coletivo, a espiritualidade pode se tornar uma experiência estética ou emocional descomprometida com valores universais e com a responsabilidade social. Esse é um ponto sensível na filosofia kantiana, que denuncia o perigo do relativismo moral quando a ação ética não é orientada por princípios racionalmente justificáveis e universalizáveis. Para Kant, o critério da ação correta está na sua capacidade de se tornar uma lei universal (Kant, 1785/2011), e não na mera autenticidade subjetiva. Assim, uma espiritualidade dissociada da razão prática pode resultar em posturas éticas inconsistentes ou em experiências autorreferentes, que pouco contribuem para a vida em comum.

Por outro lado, a crítica à “religião sem espiritualidade” recai sobre sua tendência à burocratização do sagrado, na qual a fé se converte em conformidade mecânica, destituída de reflexão e de transformação interior. Essa crítica é compartilhada por Maslow, que, ao descrever a necessidade de autorrealização, propõe uma espiritualidade que emerge da experiência concreta de crescimento, integração e transcendência. Para ele, as “experiências de pico” são momentos de intensa percepção da totalidade da vida, muitas vezes associados a sentimentos de reverência, gratidão e unidade

com o mundo — experiências que dificilmente se manifestam em uma religiosidade puramente formal ou institucionalizada (Maslow, 1964; 1968).

Em ambas as direções, observa-se que os extremos da subjetividade desvinculada do laço comunitário e da ritualização sem interioridade apresentam limites éticos e existenciais significativos. A ausência de um compromisso com valores compartilhados pode desvirtuar a espiritualidade em um narcisismo espiritual, enquanto a ausência de experiências profundas pode reduzir a religião a uma prática performativa desprovida de vitalidade. Por isso, a crítica madura reconhece que espiritualidade e religião, quando separadas de seus fundamentos morais e existenciais, se enfraquecem mutuamente.

Neste cenário, o diálogo entre Kant e Maslow permite uma abordagem crítica integradora. Enquanto Kant insiste na necessidade da universalidade ética como base para qualquer espiritualidade ou religião válida, Maslow amplia o entendimento da espiritualidade como expressão da saúde psicológica e do desenvolvimento pleno da personalidade. Ambos, ainda que por caminhos distintos, afirmam que a vivência espiritual e a prática religiosa devem estar ancoradas em princípios que promovam o bem, a verdade e a realização da dignidade humana.

Assim, reconhecemos que a discussão sobre espiritualidade e religião frequentemente se move entre limites filosóficos e teológicos que não se anulam, mas se provocam mutuamente. Kant e Maslow, embora partam de domínios distintos – o primeiro da filosofia crítica, o segundo da psicologia humanista – convergem ao propor que espiritualidade e religiosidade autênticas não podem se dissociar de princípios morais consistentes. A crítica à dogmatização da fé ou à banalização da espiritualidade subjetiva se encontra, pois, nos limites de ambos os sistemas. A interseção entre esses pensamentos aponta para a necessidade de uma espiritualidade que não seja evasão do

mundo, mas sim engajamento responsável com ele, seja por meio da razão ética kantiana ou da auto-realização psicossocial maslowiana.

A análise das relações entre espiritualidade e religião não pode ignorar o contexto sócio-histórico em que tais categorias são mobilizadas. A modernidade ocidental, marcada pela secularização e pelo avanço da racionalidade instrumental, promoveu uma reconfiguração das formas de crença e das estruturas de sentido que tradicionalmente eram sustentadas pelas instituições religiosas. Como demonstram estudos em antropologia da religião (Geertz, 1973), a espiritualidade passou a emergir como uma alternativa à rigidez institucional, operando como espaço simbólico de reinvenção do sagrado na vida cotidiana.

A dissociação também aparece como resposta às transformações geradas pela modernidade capitalista. A fragmentação das comunidades tradicionais, a mercantilização das relações e a pluralidade cultural crescente fomentaram um deslocamento da fé institucional para experiências espirituais mais individualizadas e flexíveis. Esse deslocamento, no entanto, não deve ser interpretado como simples enfraquecimento da religiosidade, mas como ressignificação da experiência religiosa sob novas formas de organização simbólica, emocional e ética.

Neste cenário, a espiritualidade emerge como tentativa de recompor o sentido da existência frente às incertezas modernas. Maslow reconheceu esse fenômeno ao identificar a tendência dos indivíduos auto-realizados em buscar valores transcendentais, mesmo fora das estruturas religiosas tradicionais (Maslow, 1964). Kant, ainda que crítico do misticismo, já antecipava a necessidade de repensar o lugar da religião numa sociedade racionalizada, propondo que o vínculo religioso legítimo deveria estar fundado em um compromisso ético com a humanidade. Em ambos os casos, a espiritualidade

surge como resposta ética-existencial às rupturas sociais, e não como mero resíduo da tradição.

Assim, as transformações históricas não esvaziaram a experiência espiritual, mas a deslocaram para novas formas de vivência, que demandam uma reflexão crítica sobre o papel das instituições religiosas, das estruturas morais e da subjetividade na construção de sentidos no mundo contemporâneo.

No contexto do capitalismo avançado, a relação entre espiritualidade e religiosidade também deve ser analisada à luz das estruturas econômicas que moldam a subjetividade moderna. A lógica produtivista e utilitarista frequentemente reduz o valor do ser humano ao seu desempenho, eficiência ou rentabilidade, provocando formas sutis de alienação existencial. O trabalho, outrora considerado espaço de realização pessoal e construção de identidade, é progressivamente transformado em meio de sobrevivência, regido por métricas e metas que negligenciam dimensões subjetivas e relacionais da experiência humana.

Essa realidade revela a importância da espiritualidade como contraponto à racionalidade técnica hegemônica. Como observa Maslow (1968), indivíduos auto-realizados tendem a buscar não apenas satisfação material, mas um sentido profundo para sua existência, incluindo valores como solidariedade, autenticidade e propósito. A espiritualidade, nesse contexto, não se opõe ao trabalho, mas o reconfigura como esfera de sentido, onde o fazer humano pode ser expressão de valores éticos e de integração comunitária.

Por sua vez, Kant propõe que o agir ético não pode estar subordinado a interesses exteriores. Sua concepção de dignidade humana exige que o sujeito seja sempre fim em si mesmo, nunca mero meio (Kant, 1785/2011). Essa formulação crítica é particularmente relevante diante das formas de instrumentalização humana nos ambientes laborais contemporâneos, onde as

relações sociais são frequentemente atravessadas por critérios de produtividade, eficiência e consumo. A ausência de espiritualidade — compreendida aqui como consciência ética da existência — gera, nesse contexto, um esvaziamento ontológico do trabalho e de suas relações, promovendo um estado de despersonalização generalizada.

Assim, a revalorização da espiritualidade nas relações humanas não deve ser confundida com fuga da realidade, mas entendida como possibilidade de re-humanização dos espaços sociais, inclusive os laborais. Tanto Maslow quanto Kant nos convidam a repensar os fundamentos que orientam nossas ações: o primeiro ao destacar a importância do desenvolvimento pleno das potencialidades humanas; o segundo, ao exigir que cada ato humano seja norteado pela dignidade e pelo dever moral. Juntos, oferecem uma crítica contundente à lógica despersonalizante da sociedade capitalista e à urgência de reencontrar, no cotidiano, espaços de profundidade e de valor compartilhado.

Assim ao aprofundarmos a filosofia moral de Immanuel Kant encontramos na noção de razão prática o fundamento último da ação ética e, por extensão, da espiritualidade concebida sob a forma de compromisso racional com o dever. Em contraste com a razão teórica, que busca compreender o mundo fenomênico, a razão prática refere-se à capacidade do ser humano de agir segundo princípios morais universalizáveis, independentemente de inclinações pessoais ou interesses utilitários. Essa dimensão normativa da razão sustenta a autonomia moral, que Kant considera a mais elevada expressão da dignidade humana (Kant, 1785/2011).

No contexto da espiritualidade, a razão prática não opera como antagonista da fé, mas como sua condição racional de legitimidade. Em *Crítica da Razão Prática*, Kant afirma que a ideia de Deus, bem como a da imortalidade da alma, são postulados da razão prática — não provas empíricas, mas

pressupostos necessários para sustentar a possibilidade do bem supremo, onde virtude e felicidade coincidem (Kant, 1788/2012). Com isso, Kant não exclui o transcendente da experiência moral, mas redefine sua função: Deus não é fonte de mandamentos arbitrários, e sim a ideia reguladora que dá sentido à exigência ética.

A espiritualidade, nessa chave kantiana, não é definida por experiências emocionais, êxtases místicos ou crenças particulares, mas pelo reconhecimento racional de que o ser humano deve agir sempre como um fim em si mesmo, nunca como meio. O "imperativo categórico" — "Age de tal maneira que a máxima de tua ação possa ser erigida em lei universal" (Kant, 1785/2011, p. 59) — oferece o critério objetivo pelo qual se pode avaliar a autenticidade de qualquer vivência espiritual. Sem esse fundamento, práticas religiosas ou discursos espiritualistas podem facilmente resvalar para o dogmatismo, a manipulação ou o hedonismo subjetivo.

A razão prática representa um contraponto normativo necessário à fluidez da espiritualidade contemporânea. Ela não impede a vivência do sagrado, mas exige que tal vivência seja articulada à responsabilidade moral, à coerência universal e ao respeito pela dignidade humana. Ao articular fé e razão no campo da moralidade, Kant constrói um modelo de espiritualidade ética, orientado pela autonomia e pela racionalidade prática — uma espiritualidade que, em vez de alienar o sujeito de sua responsabilidade, o compromete com a transformação do mundo a partir de si mesmo.

Enquanto Kant fundamenta a espiritualidade na razão prática e na universalidade da lei moral, Maslow, a partir da psicologia humanista, propõe uma abordagem experiencial, centrada no florescimento das potencialidades humanas. Em sua teoria da hierarquia das necessidades, Maslow coloca a autorrealização como o ápice do desenvolvimento psicológico: o momento em que o indivíduo, tendo atendido suas necessidades básicas e relacionais,

volta-se para a expressão plena de sua criatividade, autenticidade e propósito (Maslow, 1968).

A autorrealização não é, contudo, uma meta egocêntrica ou isolada. Para Maslow, ela implica uma abertura radical ao mundo e aos outros, permitindo que o sujeito transcenda suas limitações imediatas e se conecte com valores mais amplos, como justiça, beleza, verdade e solidariedade. Para Maslow, a religiosidade trata de um fenômeno existencialmente enraizado na própria estrutura do ser humano, uma disposição para o sentido e a transcendência que se manifesta na medida em que o sujeito se torna mais plenamente ele mesmo. A espiritualidade, nesse registro, não é um “acréscimo” à vida, mas um aspecto constitutivo da saúde psíquica. “A autorrealização não é um privilégio, mas uma necessidade humana legítima” (Maslow, 1968, p. 25).

Esse entendimento amplia significativamente o campo da espiritualidade ao associá-la ao bem-estar psicológico, à ética da autenticidade e ao compromisso com o crescimento contínuo. Diferente da visão kantiana, que exige a conformidade com leis morais universais, Maslow valoriza a individualidade como via de acesso ao transcendente. Contudo, há entre ambos um ponto de convergência: a realização pessoal, seja pela via da razão ética ou da autorrealização experiencial, só se torna plena quando está voltada a algo que supera o ego e se compromete com a construção de sentido partilhado.

Nesse sentido, Maslow não propõe uma espiritualidade permissiva ou hedonista, mas uma prática de integração e responsabilidade, que emerge da vivência concreta e reflexiva do sujeito em sua trajetória de crescimento. Assim como Kant via na moral o fundamento racional da religiosidade, Maslow vê na realização pessoal o solo fértil para uma espiritualidade autêntica — não como exceção, mas como expressão natural de uma vida plenamente vivida.

Crítica às vertentes da Teologia da Prosperidade e Movimentos Neoepiscopais e à teologia utilitarista voltada aos bens materiais

O crescimento das chamadas teologias da prosperidade e dos movimentos neoepiscopais em diversas partes do mundo, especialmente na América Latina e nos Estados Unidos, representa um fenômeno religioso contemporâneo que merece análise crítica. Estas vertentes, muitas vezes centradas na promessa de recompensas materiais em troca de fidelidade espiritual, contribuem para uma reconfiguração da experiência religiosa, em que a fé passa a ser instrumentalizada como meio de ascensão financeira ou resolução de problemas individuais. Trata-se de uma inflexão significativa: em vez de convocar o sujeito à transformação interior ou ao dever ético, a espiritualidade é convertida em estratégia de acúmulo e performance, submetida à lógica do mercado.

Sob esse modelo teológico, a relação com o divino se estabelece por meio de barganhas simbólicas — doações financeiras, fidelidade institucional, adesão a discursos triunfalistas — que prometem bênçãos em troca de obediência. Essa prática revela um deslocamento preocupante da espiritualidade como busca de sentido para a espiritualidade como mecanismo de consumo religioso. Do ponto de vista filosófico, tal concepção contradiz frontalmente a ideia kantiana de moralidade, pois reduz a religiosidade a um meio instrumental, contrariando o princípio de que o ser humano jamais deve ser tratado como meio para fins exteriores, mas sempre como fim em si mesmo (Kant, 1785/2011).

Além disso, ao deslocar o eixo da vida espiritual do autoconhecimento e da autonomia moral para a expectativa de benefícios concretos, essas teologias promovem uma visão utilitarista da fé, incompatível tanto com a ética racional kantiana quanto com a noção de autorrealização em Maslow. Para Maslow (1968), a espiritualidade autêntica emerge da superação das necessidades imediatas em direção a uma realização mais profunda do ser — ela não é motivada por ganhos externos, mas pelo impulso de crescimento e integração

interior. Ao condicionar a experiência espiritual a resultados tangíveis e materiais, a teologia da prosperidade bloqueia esse movimento, promovendo uma regressão ao estágio das necessidades básicas e desestimulando o amadurecimento existencial.

O risco ético e teológico dessas correntes está, portanto, na comercialização da transcendência e na banalização da fé como mercadoria de mercado religioso. A crítica não se dirige ao conforto legítimo que a religião pode oferecer em contextos de sofrimento, mas à substituição da espiritualidade por um modelo transacional, que reduz a complexidade da relação com o sagrado a um investimento com retorno garantido. Trata-se de uma forma de espiritualidade empobrecida, que compromete não apenas a autenticidade da experiência religiosa, mas também a formação ética do sujeito enquanto agente moral e existencial.

Embora partam de campos disciplinares distintos — Kant da filosofia crítica e Maslow da psicologia humanista —, ambos autores se aproximam na valorização da autonomia, da dignidade e do aperfeiçoamento do ser humano como eixos estruturantes da vida ética e espiritual. Essa convergência se expressa, sobretudo, na crítica comum que ambos fazem a formas heterônomas de autoridade, sejam elas religiosas, institucionais ou culturais, que subjugam a consciência moral ou bloqueiam o desenvolvimento interior.

Para Kant, a autonomia moral é o ponto de partida da existência ética. Agir moralmente implica agir por dever, segundo a razão, e não por medo de punição ou expectativa de recompensa. Por isso, ele rejeita toda forma de religiosidade baseada na obediência cega, nos rituais vazios ou na esperança de compensações futuras. A religião só é legítima se for expressão da moralidade já presente na razão humana (Kant, 1793/2001). Maslow, por sua vez, também critica os sistemas religiosos que inibem a expressão autêntica do eu, substituindo o crescimento pessoal por regras dogmáticas e inquestionáveis.

Em sua visão, o ser humano se realiza plenamente quando é capaz de transcender o ego e integrar-se a valores mais elevados, o que ele chama de “experiências de cume” (Maslow, 1964).

Ambos, portanto, compartilham a visão de que a espiritualidade autêntica — seja ela religiosa ou não — deve emergir de um compromisso ético e existencial com o bem, com o outro e consigo mesmo. No entanto, seus caminhos divergem quanto aos fundamentos dessa espiritualidade. Kant a ancora na razão prática e na estrutura normativa da moral universal. Sua espiritualidade é racional, austera, baseada no dever e na coerência ética. Maslow, ao contrário, concebe uma espiritualidade mais afetiva e experiencial, orientada pela busca de sentido, criatividade, realização e transcendência pessoal. Ele não rejeita a razão, mas amplia seu escopo ao reconhecer o valor da emoção, da intuição e do vínculo afetivo com o mundo.

Outro ponto de distanciamento é o estatuto da transcendência. Kant admite a ideia de Deus como postulado da razão prática, necessária para pensar a harmonia entre virtude e felicidade. Maslow, embora não formule uma teologia explícita, admite que a espiritualidade envolve abertura a uma realidade maior, não necessariamente personificada, mas profundamente significativa — uma totalidade integrada que dá sentido à vida.

Esses contrastes não invalidam suas contribuições mútuas, mas sugerem uma complementaridade crítica. A espiritualidade proposta por Kant evita os perigos do subjetivismo moral, ao passo que a de Maslow protege contra o formalismo vazio e a inibição do potencial humano. Em conjunto, seus pensamentos oferecem uma base poderosa para pensar a espiritualidade contemporânea: uma espiritualidade que una razão e sensibilidade, ética e vivência, autonomia e abertura ao outro.

NOVOS PARADIGMAS ESPIRITUAIS NA CONTEMPORANEIDADE

ABBEG, V. A. J. O. As intersecções, limites e confrontos entre “Espiritualidade sem Religião” e “Religião sem Espiritualidade”: primeira leitura entre Kant e Maslow. *Humanitas - Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, v.3, n.3 p.1-31, 2025. e-ISSN 2965-4378

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15226023>

A contemporaneidade tem sido marcada por profundas transformações nos modos de viver, crer e buscar sentido. Em meio à pluralização das crenças e à fragmentação das instituições tradicionais, emergem novos paradigmas espirituais que desafiam as categorias clássicas de religiosidade institucional e espiritualidade mística. Tais paradigmas não representam, necessariamente, uma ruptura com o passado, mas sim uma reconfiguração das formas como os indivíduos se relacionam com o transcendente, o ético e o existencial.

Diferentemente das estruturas religiosas hierarquizadas e dogmáticas, as novas formas de espiritualidade valorizam a experiência subjetiva, a autonomia individual e a abertura inter-religiosa. Trata-se de uma espiritualidade que se constroi no cotidiano, atravessando práticas como o autocuidado, a meditação, o engajamento social, a contemplação estética e a busca por autoconhecimento. Essa tendência dialoga diretamente com a noção de autorrealização proposta por Abraham Maslow, que vê na espiritualidade uma expressão do impulso humano por crescimento, sentido e integração interior (Maslow, 1968).

Entretanto, ao contrário de uma visão puramente individualista, os novos paradigmas espirituais também incorporam uma consciência ética voltada ao coletivo. A busca espiritual, nesse contexto, não se resume à introspecção, mas se manifesta em formas de engajamento com o mundo: na defesa dos direitos humanos, na ecologia profunda, nas práticas colaborativas e nos movimentos de justiça social. Isso revela uma espiritualidade ética e relacional, comprometida com a transformação de si e da sociedade.

Essa nova paisagem espiritual não está isenta de desafios. A ausência de referenciais comuns pode resultar em um relativismo experiencial, em que qualquer vivência é validada sem critérios críticos ou éticos. É nesse ponto que a filosofia de Immanuel Kant ainda oferece uma contribuição pertinente. Sua defesa da autonomia moral e da universalidade da razão prática propõe um

contraponto normativo aos excessos do subjetivismo. Em um mundo onde tudo pode ser espiritual, a razão crítica continua a desempenhar um papel fundamental na distinção entre autenticidade e autoindulgência, entre liberdade e arbitrariedade.

Portanto, os novos paradigmas espirituais da contemporaneidade não eliminam a necessidade de estrutura moral e de responsabilidade. Eles deslocam o foco da fé institucionalizada para uma espiritualidade plural, reflexiva e experiencial, mas requerem, como sustentam Kant e Maslow, uma ancoragem em princípios éticos que garantam o valor humano, a dignidade e a alteridade. Trata-se, enfim, de uma espiritualidade situada entre o autêntico e o ético, entre a liberdade de expressão interior e a exigência de coerência com os outros e com o mundo.

Um dos aspectos mais relevantes dos novos paradigmas espirituais é o crescente diálogo entre espiritualidade e ciência, que rompe com o antagonismo histórico entre fé e razão. Longe de estarem em campos inconciliáveis, ciência e espiritualidade têm se aproximado em diversas frentes, sobretudo nas ciências cognitivas, na psicologia, na neurociência e na física contemporânea, onde o interesse por temas como consciência, meditação, bem-estar subjetivo e estados alterados de percepção ganhou legitimidade empírica.

As práticas espirituais, como a meditação mindfulness, a oração contemplativa e o uso consciente da respiração, têm sido estudadas em contextos científicos por seus efeitos sobre o cérebro, o comportamento e a saúde mental. Pesquisas revelam, por exemplo, que tais práticas estão associadas à redução do estresse, à melhoria da atenção e ao fortalecimento de vínculos afetivos (Davidson & Begley, 2012). Isso indica que a espiritualidade pode ser compreendida não apenas como um fenômeno místico, mas como

uma experiência psicobiológica mensurável, capaz de contribuir para o equilíbrio e o bem-estar integral do sujeito.

Nesse contexto, as ideias de Maslow adquirem nova atualidade. Ao propor que a espiritualidade é uma função natural da psique humana, especialmente em estágios avançados de autorrealização, Maslow antecipa a noção de que as experiências transcendentais são parte do funcionamento saudável da mente, e não desvios patológicos ou meras ilusões religiosas (Maslow, 1964). Ele defende que a ciência não precisa excluir a espiritualidade, mas pode se beneficiar de sua inclusão como objeto legítimo de investigação e compreensão.

Kant, por sua vez, embora cético quanto à possibilidade de conhecer racionalmente a existência de Deus, admite que a experiência moral e a crença na liberdade são fundamentais para pensar o sentido da vida. Sua distinção entre o mundo fenomênico e o mundo noumênico — entre o que pode ser conhecido empiricamente e o que só pode ser pensado pela razão prática — oferece um modelo que preserva os limites da ciência sem negar a validade da experiência espiritual. Ao postular a existência de ideias reguladoras (como Deus, alma e liberdade) para sustentar a ação moral, Kant delinea uma epistemologia da espiritualidade compatível com a crítica racional.

A intersecção entre ciência e espiritualidade, portanto, não exige a fusão dos métodos, mas sim o reconhecimento de que ambas lidam com dimensões legítimas da experiência humana. A ciência oferece ferramentas para compreender os mecanismos da mente, enquanto a espiritualidade propõe sentidos para a existência. Juntas, podem contribuir para uma visão mais integrada do ser humano — ao mesmo tempo corpo, mente e consciência ética —, superando dicotomias ultrapassadas e abrindo espaço para uma espiritualidade informada, crítica e responsiva às necessidades do nosso tempo.

No contexto da espiritualidade contemporânea, observam-se práticas e discursos que se afastam das estruturas hierárquicas e dogmáticas das religiões tradicionais. Os movimentos de espiritualidade não-diretiva e não-objetificada representam essa tendência de deslocamento: são formas de vivência espiritual marcadas pela recusa de mediações institucionais rígidas e pela valorização da experiência subjetiva, espontânea e fluida com o sagrado.

A espiritualidade não-diretiva se caracteriza por não impor um caminho prescrito, não reivindicar uma verdade exclusiva nem exigir adesão a autoridades religiosas ou escrituras sagradas. Em vez disso, ela convida o indivíduo a um processo de autodescoberta espiritual, fundado na escuta interior, na abertura à experiência e na liberdade interpretativa. Trata-se de um paradigma em que a transcendência não é alcançada por fórmulas, mas por um caminho íntimo e relacional que se constroi a partir da experiência concreta de viver.

A espiritualidade não-objetificada, por sua vez, rejeita a tentativa de reduzir o sagrado a objetos, doutrinas ou resultados mensuráveis. Ela rompe com a lógica da espiritualidade como “produto” que pode ser adquirido ou demonstrado, e se aproxima de uma concepção fenomenológica da experiência espiritual — aquela que não busca provar, mas habitar o sentido. Essa postura é especialmente relevante em contextos marcados pelo consumo religioso, onde a espiritualidade é frequentemente convertida em performance ou mercadoria simbólica.

A psicologia humanista de Maslow fornece respaldo teórico a esse movimento ao reconhecer que as experiências de realização mais profundas são intransferíveis e únicas. Segundo ele, as chamadas “experiências de cume” ocorrem em momentos de plenitude espontânea, nos quais o indivíduo vivencia a realidade em sua totalidade, livre de medos, expectativas e controles externos (Maslow, 1964). Em sintonia com os movimentos não-diretivos,

Maslow recusa uma espiritualidade padronizada e prescritiva, defendendo uma vivência conectada à singularidade do sujeito e às suas circunstâncias existenciais.

Contudo, a liberdade proposta por esses movimentos não implica relativismo absoluto. Aqui, a filosofia kantiana oferece um antídoto valioso: mesmo em uma espiritualidade não institucional, o agir deve ser regulado por critérios morais universais. A autonomia celebrada pela espiritualidade não-diretiva, para ser eticamente válida, precisa manter o compromisso com a dignidade do outro e com a racionalidade prática. Assim, esses movimentos contemporâneos não representam a dissolução da espiritualidade, mas sim sua reformulação em chave ética e existencial, onde a experiência interior é reconhecida como legítima, desde que vinculada ao respeito e à responsabilidade partilhada.

A crise das instituições religiosas tradicionais, associada à pluralização de valores na sociedade contemporânea, tem exigido uma revisão profunda das formas como espiritualidade e religião são compreendidas. Nesse processo de ressignificação, ganham centralidade duas noções articuladas: a moralidade autônoma e a realização pessoal como fundamentos de uma nova ética espiritual. Trata-se de uma virada que desloca o foco da obediência externa para a responsabilidade interior, da normatividade doutrinária para a coerência vivida, da identidade religiosa herdada para a construção ativa do sentido existencial.

Na perspectiva de Immanuel Kant, a moralidade não depende de instituições religiosas nem de premissas teológicas. Ao contrário, ela é expressão da razão prática, que exige do sujeito a capacidade de agir segundo máximas que possam ser universalizadas. A espiritualidade, quando submetida a esse crivo moral, deixa de ser mera busca de conforto interior para tornar-se um exercício de liberdade e dever. É pela moralidade — entendida

como autonomia racional — que a religião adquire legitimidade, ao promover o bem e o respeito à dignidade de todos os seres humanos (Kant, 1793/2001).

Por outro lado, Abraham Maslow propõe que a realização pessoal é não apenas um direito, mas uma necessidade humana intrínseca. Sua teoria da autorrealização pressupõe que o indivíduo, ao atender suas necessidades básicas e relacionais, tende a buscar níveis mais profundos de sentido, que frequentemente assumem contornos espirituais. Essa espiritualidade, no entanto, não é externa ao sujeito, mas brota do seu encontro consigo mesmo, com o outro e com valores que transcendem o imediato (Maslow, 1968). O sagrado, nessa visão, está inscrito na própria capacidade de viver de forma autêntica, integrada e comprometida com a totalidade da vida.

A aproximação entre esses dois autores se dá precisamente nesse ponto: tanto Kant quanto Maslow rejeitam modelos de espiritualidade baseados na passividade, na submissão e no conformismo. Ambos postulam que a verdadeira experiência espiritual — seja formulada em termos morais ou existenciais — exige uma atitude ativa, crítica e reflexiva diante do mundo. A espiritualidade deixa de ser uma zona de refúgio e passa a ser um motor de transformação pessoal e social, impulsionado por uma consciência ética que se realiza no mundo concreto.

Assim, os novos conceitos de espiritualidade e religião que emergem neste cenário não são desvinculados de compromisso moral ou de responsabilidade coletiva. Pelo contrário, eles refletem um amadurecimento do pensamento espiritual, em que a fé não se opõe à razão, e o sagrado não se distancia da vida. A moralidade kantiana e a realização pessoal maslowiana, em diálogo, apontam para uma espiritualidade situada entre a liberdade e o dever, entre o crescimento interior e o engajamento ético, entre o autoconhecimento e a construção de um mundo mais justo e significativo para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre espiritualidade e religião, embora historicamente entrelaçada, revela-se, na contemporaneidade, como um campo de tensão e de ressignificação contínua. Neste artigo, partimos do confronto conceitual entre as noções de “espiritualidade sem religião” e “religião sem espiritualidade” para analisar criticamente suas implicações filosóficas, psicológicas e socioculturais. Nesse percurso, os pensamentos de Immanuel Kant e Abraham Maslow foram tomados como referências paradigmáticas que, apesar de suas distinções metodológicas, convergem em um ponto essencial: a espiritualidade, para ser autêntica, exige comprometimento com a liberdade moral, com a autorrealização e com a dignidade humana.

Kant nos ensina que a fé desprovida de conteúdo ético se reduz à superstição, ao passo que a moralidade, como expressão da razão prática, oferece o solo legítimo sobre o qual a religiosidade pode se erguer. Sua crítica à heteronomia religiosa e à instrumentalização da fé permanece atual diante de práticas contemporâneas que reduzem o sagrado a performance, consumo ou conveniência. Maslow, por sua vez, desloca o debate para o campo da psicologia humanista, demonstrando que a espiritualidade pode emergir das camadas mais profundas da experiência humana, não como crença dogmática, mas como expressão da tendência natural ao crescimento, ao sentido e à integração pessoal.

Ambos os autores oferecem ferramentas conceituais poderosas para compreender os deslocamentos espirituais do nosso tempo. A religiosidade ritualizada, quando desconectada da interioridade e da transformação ética, torna-se vazia; a espiritualidade subjetiva, quando desprovida de responsabilidade e critério moral, corre o risco de se dissolver no narcisismo. A interseção entre Kant e Maslow aponta, portanto, para um horizonte possível:

uma espiritualidade situada, ética e aberta, que seja capaz de articular razão, afeto, experiência e responsabilidade. Tal espiritualidade não precisa se opor à religião, mas tampouco se submete a ela. Trata-se de uma prática reflexiva e engajada, que reconhece tanto a complexidade da subjetividade quanto a necessidade de pertencimento, comunidade e justiça.

A análise realizada permitiu identificar que tanto a tradição filosófica kantiana quanto a psicologia humanista de Maslow oferecem respostas distintas, porém complementares, à dissociação contemporânea entre espiritualidade e religião. De um lado, o rigor normativo de Kant fornece os critérios éticos necessários para evitar o relativismo espiritual e garantir a universalidade do agir moral. De outro, Maslow contribui com uma visão integradora do ser humano, centrada no desenvolvimento pessoal e na potência da experiência vivida como fonte legítima de transcendência. A articulação crítica desses dois referenciais permite reconhecer que espiritualidade e religião não são categorias excludentes, mas dimensões da experiência humana que, embora distintas, podem se fertilizar mutuamente quando mediadas por valores éticos e sensibilidade existencial.

Contudo, a investigação aqui proposta apresenta limites que devem ser reconhecidos. Em primeiro lugar, a análise concentrou-se em dois pensadores específicos, ambos ocidentais e oriundos de tradições racionalistas e humanistas. Isso implicou o não aprofundamento de outras epistemologias — como as espiritualidades indígenas, orientais ou afro-diaspóricas — que poderiam oferecer contribuições relevantes à discussão. Em segundo lugar, a abordagem privilegiou os aspectos conceituais e filosófico-psicológicos da espiritualidade, não se dedicando às implicações práticas dessas ideias em contextos educacionais, terapêuticos ou comunitários.

Diante disso, propõe-se como desdobramento futuro a ampliação do campo de análise para incluir outros referenciais, especialmente os de origem

não ocidental, de modo a complexificar o entendimento das múltiplas espiritualidades contemporâneas. Também se sugere a realização de estudos empíricos, com base qualitativa ou fenomenológica, que investiguem como sujeitos reais — religiosos, espiritualistas ou agnósticos — vivenciam e articulam suas experiências espirituais na vida cotidiana. Por fim, é recomendável o aprofundamento do impacto dessas novas formas de espiritualidade sobre políticas públicas, processos educativos e práticas terapêuticas, em especial aquelas voltadas ao bem-estar subjetivo e ao fortalecimento do laço social.

Em síntese, o presente estudo buscou problematizar as tensões entre religião e espiritualidade a partir de um diálogo crítico entre Kant e Maslow, reconhecendo que, no mundo contemporâneo, as formas de crer e transcender tornam-se cada vez mais plurais, situadas e reflexivas. Frente a isso, mais do que optar por um polo ou outro, o desafio é cultivar uma espiritualidade ética e consciente, capaz de acolher a diferença, promover o bem comum e aprofundar a condição humana em sua busca incessante por sentido.

REFERÊNCIAS

ABBEG, A. V.; TRZASKOS, L.; ABBEG, V. A. J. O. Reforma da educação brasileira e a lei federal nº 5.692/1971. *ETS Iustitia - Revista Sociedade, Direito e Justiça*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2023. Disponível em:

<https://esabere.com/index.php/eiustitia/article/download/29/17>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ABBEG, T. P. Cultura maker e suas implicações na transformação e inovação tecnológica. *ETS Humanitas - Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 74–95, 2023. Disponível em:

<https://esabere.com/index.php/ehumanitas/article/view/54>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ABBEG, V. A. J. O. As intersecções, limites e confrontos entre “Espiritualidade sem Religião” e “Religião sem Espiritualidade”: primeira leitura entre Kant e Maslow *Ets Humanitas - Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, v.3, n.3 p.1-31, 2025. e-ISSN 2965-4378

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15226023>

ABBEG, V. A. J. O. *Pro Brasília Fiant Eximia: Nacionalismo e paulistanidade em livros didáticos aprovados no Estado de São Paulo (1911–1937)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

ABBEG, V. A. J. O. A transcodificação da subjetividade personagens em literários na virtualidade. *Cadernos de InterPesquisas*, Curitiba, v. 1, p. 1–7, 2023a. Disponível em: <https://esabere.com/index.php/cadips/article/view/4>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ABBEG, V. A. J. O. CETEPAR e a fabricação do “Homem-Novo”: programas estatais no ensino paranaense (1971–1982). *ETS Educare - Revista de Educação e Ensino*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1–19, 2023b. Disponível em: <https://esabere.com/index.php/educare/article/view/24>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BARROS, C. D. A. R. Resenha: Os sem-religião: aurora de uma espiritualidade não religiosa. *Interações*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 1–4, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/31730>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BERNARDES, J. C.; ABBEG, V. A. J. O. Tecnologias de Estado: o princípio de um longo debate histórico sobre as estruturas governamentais. *ETS Facere - Revista de Tecnologia e Conhecimento*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://esabere.com/index.php/efacere/article/view/27>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CORBÍ, M. *Para uma espiritualidade leiga: sem crenças, sem religiões, sem deuses*. São Paulo: Vozes, 2010.

DAVIDSON, R. J.; BEGLEY, S. *The emotional life of your brain: how its unique patterns affect the way you think, feel, and live – and how you can change them*. New York: Hudson Street Press, 2012.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução de Wagner L. M. do Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1959).

GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Manuel A. G. de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Original publicado em 1785).

KANT, I. *Crítica da razão prática*. Tradução de Manuel A. G. de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (Original publicado em 1788).

KANT, I. *Religião nos limites da simples razão*. Tradução de Manuel A. G. de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1793).

MASLOW, A. H. *Religions, values, and peak-experiences*. Columbus: Ohio State University Press, 1964.

MASLOW, A. H. *Toward a psychology of being*. 2. ed. New York: Van Nostrand, 1968.

MASLOW, A. H. *Motivação e personalidade*. 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 2000.

NICARETA, S. E. *Para serem bem comportadas? Imagens de mulheres em livros escolares de autoria feminina (1889–1945)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NICARETA, S. E. Percorrendo alguns dos circuitos do livro escolar no Brasil: elucidando aspectos da mulher na Primeira República à Era Vargas. *Cadernos de InterPesquisas*, Curitiba, v. 1, p. 30–49, 2023. Disponível em:

<https://esabere.com/index.php/cadips/article/view/7>. Acesso em: 30 mar. 2025.

NICARETA, S. E. Urgência de novas categorias para a imagem da mulher: as honestas, as perdidas, as desejadas e as marginais na imprensa curitibana na década de 1980. *ETS Humanitas - Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1–26, 2023. Disponível em:

<https://esabere.com/index.php/ehumanitas/article/view/30>. Acesso em: 30 mar. 2025.

NICARETA, S. E.; ABBEG, V. A. J. O. A construção da identidade infantil em “Meus Deveres” (1945). *Interdisciplinaria de La Educación*, v. 1, n. 1, p. 1–30, 2024a. Disponível em:

<https://interdisciplinaria.com.es/index.php/iled/article/view/5>. Acesso em: 30 mar. 2025.

NICARETA, S. E.; ABBEG, V. A. J. O. Imaginários da infância: resistência, fantasia e formação ética nas interfaces entre literatura e história. *Interdisciplinaria de La Comunicación y Lenguaje*, v. 1, n. 1, 2024b. Disponível em:

<https://interdisciplinaria.com.es/index.php/ilcl/article/view/6>. Acesso em: 30 mar. 2025.

NICARETA, S. E.; ABBEG, V. A. J. O. Modernidades e tecnologias em diálogo: a arte reprodutível de Benjamin e a reflexividade global de Giddens.

Interdisciplinaria de Las Innovaciones y Tecnologías, v. 1, n. 1, p. 16–31, 2024c.

Disponível em: <https://interdisciplinaria.com.es/index.php/ilitec/article/view/8>. Acesso em: 30 mar. 2025.

OLIVEIRA, P. A. R. Crepúsculo da religião: aurora da espiritualidade? *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 37, p. 625–629, jan./mar. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n37p625>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RIBEIRO, F. A. S. Sem religião: um tema para investigação. *Interações*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313070837003>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RITZ, C. D. A.; SENRA, F. Pessoas sem religião com crenças: considerações sobre o fenômeno religioso dos sem religião. *Caminhando*, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 316–334, 2022. Disponível em:

ABBEG, V. A. J. O. As intersecções, limites e confrontos entre “Espiritualidade sem Religião” e “Religião sem Espiritualidade”: primeira leitura entre Kant e Maslow *Ets Humanitas* - Revista de Ciências Humanas, Curitiba, v.3, n.3 p.1-31, 2025. e-ISSN 2965-4378

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15226023>

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/12778>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, M. S. J. *Os sem religião: motivações e causas junto aos jovens do Ensino Médio das escolas públicas e privadas de Boa Vista/RR*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015.

VIEIRA, J. A. C. Ensaio de espiritualidade não religiosa: um estudo a partir de indivíduos sem religião em Belo Horizonte. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 1420–1423, set./dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/24147>. Acesso em: 30 mar. 2025.

VIEIRA, J. A. C. Espiritualidade sem religião: o cultivo da qualidade humana. *Síntese: Revista de Filosofia*, set./dez. 2020. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/sintese/article/view/50564>. Acesso em: 30 mar. 2025.